



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

MEMÓRIAS DE GÊNERO/FEMINISMOS E SERVIÇO SOCIAL – CONHECENDO ALGUMAS PIONEIRAS NO RIO DE JANEIRO

Rita de Cássia Santos Freitas¹

Ana Lole²

Rafaella Musmanno Gonçalves³

Betânia Maria Ramos da Silva⁴

Bianca Ferreira dos Santos⁵

Monique de Souza Carvalho⁶

Samira Cardoso Ferreira Tavares⁷

Resumo: Este artigo visa realizar um mapeamento de eventos/acontecimentos nas Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990. Nesse período, ganham expressão no universo profissional trabalhos sobre mulher/gênero por meio de produção bibliográfica e projetos de ensino, pesquisa e extensão. O texto evidencia as produções pioneiras de mulheres/gênero na história do Serviço Social.

Palavras-chave: Memória; Gênero; Serviço Social.

Abstract: This paper aims to map some events and happenings at Social Work Colleges in Rio de Janeiro, in the decades of 1980 and 1990. The studies about women/gender get expression in professional universe at this time, by bibliographic production, teaching programs, researches and extension projects. This paper brings to light pioneers productions about women/gender at Social Work history.

Keywords: Memory; Gender; Social Work.

INTRODUÇÃO

Neste texto iremos mostrar, por meio do destaque desse conjunto de autoras, professoras e pesquisadoras dos estudos de mulheres/gênero, aqui designadas por pioneiras, a história do Serviço Social como história de mulheres (FREITAS; ALMEIDA; LOLE, 2018).

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <analole@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <analole@gmail.com>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <analole@gmail.com>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <analole@gmail.com>.

⁵ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <analole@gmail.com>.

⁶ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <analole@gmail.com>.

⁷ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <analole@gmail.com>.

A literatura hegemônica do Serviço Social expressa, historicamente, uma ausência dos estudos de gênero e, mesmo reconhecendo o Serviço Social como carreira feminina, pouco explorou as contradições sociais e políticas desse fenômeno. Em sua história, estudiosas do tema, embora reivindicassem a interlocução com questões feministas e de gênero, não obtiveram os consensos possíveis para incluir a matéria no debate profissional. Recentemente observa-se um investimento em narrativas de gênero numa perspectiva crítica.

Contudo, nas universidades, muitas mulheres já produziam trabalhos de ensino, pesquisa e extensão que evidenciavam articulações com estudos de mulheres/gênero e/ou militavam no campo feminista. Com o intuito de evidenciar essas produções, neste artigo realizamos um mapeamento de eventos/acontecimentos nas Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro, especificamente Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nas décadas de 1980 e 1990⁸.

A leitura, hoje hegemônica na profissão⁹, tem, na perspectiva marxista, a chave para o entendimento da realidade e da leitura sobre a história profissional. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p.16) a profissão “só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho”. Essa linha constrói uma interpretação que permite apreender as implicações políticas, históricas e sociais do exercício profissional e as dimensões objetivas e subjetivas que permeiam o trabalho de assistentes sociais. Contudo, ainda que entendamos o quanto essa análise tenha sido fundamental para o autoconhecimento profissional, bem como das relações existentes na sociedade, compreendemos que, ao privilegiar a perspectiva macroanalítica, essa visão colocou em segundo plano outras perspectivas teóricas que também podem ajudar a pensar o Serviço Social e os sujeitos dessa profissão – majoritariamente mulheres - numa perspectiva crítica. É importante enfatizar que não compreendemos uma visão como necessariamente antagônica à outra, mas sim imputamos como importante a necessidade de agregar outros elementos, novas cores para pensar essa história, nossa história.

⁸ A escolha desses espaços deve-se pela representatividade política que essas instituições de ensino possuem historicamente na formação de assistentes sociais, por oferecerem cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social e por se localizarem no estado do Rio de Janeiro – que se constituiu historicamente como um estado de referência, junto com São Paulo, para a produção acadêmica do Serviço Social no Brasil e mesmo fora dele.

⁹ E aqui nos remetemos às considerações de Gramsci quando coloca o conceito de hegemonia como privilégio na produção simbólica, interferindo nas disputas de sentido na cena contemporânea. Pois o conceito de hegemonia é a combinação da força e do consenso, “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Assim compreendemos, neste artigo, a história do Serviço Social como parte da história das mulheres. Como já afirmava J. Scott (1992, p. 144), “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado)”. É pensando no resgate dessa história que esse texto se constrói.

SERVIÇO SOCIAL: uma contextualização enquanto histórias de mulheres e feministas

O Serviço Social é uma profissão historicamente composta por mulheres e que tem como público-alvo prioritariamente mulheres. Mas o fato é que a profissão, de uma maneira geral, tem refletido pouco acerca dessas dimensões, tanto no Brasil como fora de nossas fronteiras. O Serviço Social, surgindo nos anos 1930 e 1940 em nosso País, conviveu com a primeira onda do feminismo em seu início, mas se manteve afastado dessa discussão. E mesmo no processo de Reconceituação, ao adotar uma leitura mais crítica da realidade, continuou afastado das reflexões feministas – ainda que muitas assistentes sociais, em seus cotidianos de vida e de trabalho, se envolvessem nos movimentos sociais e movimentos feministas – tanto ontem como hoje.

Os anos de surgimento do Serviço Social são anos de extrema movimentação. São anos nos quais a sociedade se urbaniza, o capitalismo se fortalece, mas também floresce um intenso movimento dos trabalhadores – que resultou em importantes greves na década de 1910. Mas não é apenas o movimento dos trabalhadores que ganha forças. Desde finais do século XIX já existiam indícios (Cf. GINZBURG, 1989) de movimentos de mulheres ou de mulheres que individualmente questionavam a condição da mulher na sociedade, como Nísia Floresta, considerada uma das primeiras feministas brasileiras. O início do século vive, também no Brasil, várias movimentações de mulheres, com a fundação inclusive dos primeiros jornais e revistas femininas e a criação das primeiras associações. Não podemos esquecer que, no Brasil e no mundo, vivia-se, nesse momento, a chamada Primeira Onda do Feminismo¹⁰. Não se tratava

¹⁰A primeira fase do feminismo foi marcada pela luta das mulheres pelo direito ao voto. Para demarcar um pouco mais as lutas desse período não podemos esquecer que no Brasil, o direito ao voto foi garantido às mulheres ainda em 1932, antes mesmo que muitos países europeus. É fato que essa conquista pouco durou com o adensamento da violência no primeiro governo Vargas e a ditadura do Estado Novo implantada em 1935. Mas é importante registrar a força desse debate. Entre 1910 e 1920 multiplicou-se a luta das mulheres pelo direito ao voto, sendo Bertha Lutz, uma das líderes desse movimento. Um movimento que desde seu surgimento foi contraditório. Por exemplo, para Celi Pinto (2003, p. 26), Bertha Lutz representava “um feminismo ‘bem comportado’”, pois não buscava pôr em xeque as bases da organização patriarcal. Contudo, nos aproximamos mais da visão de Rachel Soihet que relativiza essa interpretação recorrendo a Michel De Certeau: é “necessário desvendar as sutilezas engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir a opressão que sobre eles incide” (SOIHET, 2000, p. 98). Isso significa que algumas

exatamente da criação de um movimento feminista, mas da manifestação das insatisfações femininas. Ainda no século XIX, apareceram mulheres que lutaram pelo direito ao voto, mas de forma individual, tendo, inclusive sido fundado em 1910 o Partido Republicano Feminino¹¹. Com o processo de redemocratização em 1943/1945 as mulheres vão às ruas lutar pela anistia de presos políticos brasileiros durante o Estado Novo. Com o fim da guerra, muitas mulheres ligadas ao movimento operário vão ressurgir na vida política. Esse era o contexto vivido por essas primeiras feministas.

Se o surgimento do Serviço Social é contemporâneo a um conjunto de movimentações em torno das lutas feministas no Brasil, não é possível visualizar na história da profissão se houve relações, e de que tipo, entre esses dois campos? No entanto, as mulheres pioneiras na profissão são correntemente descritas como pertencentes ao conservadorismo católico e da filantropia¹².

Mas será a partir dos anos 1980 que a vertente crítico-dialética ganhará força na profissão. Um marco nesse sentido foi o Congresso da Virada, em 1979. A partir deste período, a vertente crítica ganha, cada vez mais, a hegemonia na direção da categoria através de um amplo movimento de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. O que marca essa vertente é a aproximação cada vez maior com a literatura marxista. Nesta linha de interpretação, a compreensão do Serviço Social é buscada na chamada questão social e compreende o surgimento e significado do Serviço Social a partir de dois personagens principais: o Estado – abandonando posições meramente repressivas e alinhado com os interesses do empresariado e da burguesia – e a Igreja Católica – num processo de busca de legitimidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). A junção Estado, Empresariado e Igreja, ainda que com interesses divergentes, formaria uma aliança de aspecto moralizador e disciplinador frente à sociedade. Assim, a tentativa de amenização dos conflitos e de atenuação dos problemas sociais terá relação direta com o surgimento do Serviço Social.

mulheres, como Bertha, lançavam mão de táticas que permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência; mas haviam outras mulheres que se rebelavam abertamente, como a anarquista Maria Lacerda de Moura. Contudo, é importante não estabelecermos um juízo de valor acerca dessas lutas e compreender que estas se constroem no seu tempo histórico, dentro de um campo de possibilidades (VELHO, 1994).

¹¹ Cf. Bandeira e Melo (2010), Pinto (2003), por exemplo.

¹² Acerca do resgate da vida dessas pioneiras do serviço social, vale destacar a produção do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social da Universidade Federal Fluminense, seja através de Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, como os de Santos (2004), Jesus (2004), Anacleto (2006), Braga (2008), Bertolino (2008), Silva (2016), Carvalho (2017), mas também os textos Freitas *et al.* (2009) e Freitas *et al.* (2018). Podemos destacar também Pereira (2015; 2016). Vale destacar, ainda o livro de Costa (1995), resultado direto da análise acerca do momento de constituição da profissão, bem como o livro de Memórias da professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1995), editado como homenagem aos 50 anos da Escola de Serviço Social de Niterói (1945-1995). Outra leitura importante é a de Ana Paula Vosne Martins (2015) ao analisar as relações entre a história das mulheres e a filantropia.

No recorte temporal dessa pesquisa, anos de 1980 e 1990, processava-se o que se designou por segunda onda feminista, cuja principal característica é a luta por direitos sociais (ao trabalho, saúde, creches, educação entre outros) e pelo reconhecimento das diferenças, sob a insígnia “o pessoal é político”.

No caso brasileiro, essas ideias proliferaram em meio às resistências contra a ditadura e instauração da democracia, e mesmo em contexto tão adverso registra-se a organização de grupos feministas desde a década de 1970, principalmente em torno dos jornais (CORREA, 2001). Destacamos o grande número de professoras universitárias e profissionais liberais, em sua maioria ligadas às áreas de ciências sociais, história, letras, psicologia e direito, as quais se faziam presentes entre as mulheres que começaram a reunir-se nos primeiros anos da década de 1970. Formados por intelectuais de esquerda, tais grupos tiveram contato com ideias feministas da Europa e Estados Unidos e passaram a problematizar a condição das mulheres na sociedade brasileira.

É nesse período que se observa o revigoramento de um conjunto variado de movimentos sociais que não podem ser considerados uma novidade, pois suas trajetórias remontam há muitas décadas anteriores. Esse é o caso do movimento negro e, sobretudo, de mulheres negras. Alguns marcos que dão visibilidade às lutas e resistências de feministas negras podem ser encontrados na organização da Associação dos Empregados Domésticos de Santos pela atuação da Laudelina de Campos Melo (1904-1991), com sua fundação em 1936. Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), com ampla participação de mulheres negras, que cada vez mais se fortalecem em torno do feminismo negro. Assim, em 1983, é organizado o I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro com a criação do Coletivo de Mulheres Negras (NZINGA), fundado por Lélia Gonzalez. Ainda nesse ano, a assistente social Benedita da Silva organiza o I Encontro de Mulheres da Favela e Periferia. Em 1985, é criado o Centro de Mulheres Negras da Favela e Periferia. Organizações não-governamentais de carácter feminista também surgem nessa década, como Criola (RJ), Geledés e Fala Preta (SP). Outros eventos importantes do período é o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, com o tema do racismo, que ocorre em São Paulo, em 1985, e o IX Encontro Nacional de Feministas, em 1987.

No período da redemocratização, década de 1980, as lutas feministas brasileiras se articulavam com a defesa da democracia. Pode-se dizer que essa não é uma particularidade brasileira¹³, tendo em vista que a experiência ditatorial assolou o

¹³ Além da América Latina, podemos traçar um paralelo com Portugal. No entendimento de Tavares (2008), o movimento de mulheres inicialmente, também em Portugal, foi travado contra ditadura ficando os aspectos feministas em segundo plano. Um fenômeno que não foi diferente do Brasil onde as feministas tiveram – e ainda tem – que lutar para conseguir espaço para suas reivindicações.

continente latino-americano produzindo muitas convergências nas lutas e resistências da região (SAPRIZA, 2015).

Ainda na década de 1980, surgiram grupos feministas em torno da defesa de direitos das mulheres como direito à saúde e proteção às mulheres em situação de violência. São acontecimentos importantes desse período a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), 1984, e das Delegacias de Mulheres, 1985 (LOLE, 2014). Foram criadas várias organizações que apoiavam a mulher vítima de violência, como o SOS MULHER inaugurado em 1980, composto por um espaço de atendimento onde o objetivo era contribuir para a reflexão da situação dessas mulheres e intervir em suas realidades. É de se imaginar que estas experiências se constituíssem em terrenos férteis para a participação de assistentes sociais, como veremos mais adiante.

Do ponto de vista político, o feminismo nos anos 1990 articula-se no cenário internacional com uma intensa agenda de compromissos, mediante a participação nas Conferências Internacionais, que implicam os Estados na criação de ações concretas para a promoção de igualdade de gênero. No Brasil, e na América Latina em geral, o feminismo encontra em distintas dimensões do aparelho estatal o cenário propício de batalhas por direitos das mulheres (SAPRIZA, 2015; MONTECINOS, 2003).

Mas, é também nos anos 1990 que se assiste a uma fase de muitos retrocessos no campo das políticas públicas brasileiras e latino-americanas, resultando em dificuldades na efetivação de conquistas estabelecidas no plano jurídico normativo. Por outro lado, o feminismo multiplica-se em vários coletivos e esse capítulo da história feminista tem sido descrito como um período de “ongização” dos grupos (PINTO, 2003; ALVAREZ, 2014). Além disso, ocorre uma participação ativa das feministas no Estado através da articulação de redes e assessorias. São criadas inúmeras ONGs, como Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM) e aqui há importante um destaque. A REDEFEM surge, em 1994, na Universidade Federal Fluminense e contou em sua organização com a participação de professoras ligadas à Escola de Serviço Social desta universidade, como as professoras Suely Gomes Costa e Cenira Duarte Braga. Seu surgimento se deu no âmbito do I Encontro Nacional Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia - Desafios e Perspectivas.

Continuando os coletivos: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), Articulação da Mulher Brasileira (AMB), Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde), Coletivo Mulher Vida, Rede Acreana [sic] de Mulheres e Homens. Cumpre ressaltar a ONG SOS Corpo de Recife/PE, criada nas décadas de 1980 e 1990.

Como já foi dito, a partir dos anos 2000, é possível notar um avanço na produção acadêmica acerca da questão do gênero, mas também estudos voltados para as dimensões de sexualidade, raça-etnia e geração ganham espaços. Como enfatiza Costa (1994), o “chão histórico” onde se constrói nossa experiência profissional é, necessariamente, o das “lutas pelos direitos sociais”. Isso nos conduz, ainda segundo essa autora, para uma história de mulheres que estão presentes, seja nos espaços privados ou públicos da proteção social.

Portanto, ao tecermos reflexões sobre o Serviço Social, somos provocadas a uma reflexão sobre a história das mulheres, de seus poderes, de suas conquistas, seus dilemas e de suas resistências (SILVA, 2016). E essas resistências não necessariamente terão o caráter revolucionário em seu sentido estrito – o que não quer dizer que sejam menos importantes – ou menos revolucionárias¹⁴. Uma história que não se debruce a pensar essas especificidades não dá conta do contraditório das práticas sociais e da riqueza e diversidade das experiências vividas. E, mais do que isso, pode manter na invisibilidade – novamente – o protagonismo das mulheres.

CONHECENDO EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DE PIONEIRAS NO RIO DE JANEIRO

Neste item, propomos trazer um primeiro mapeamento, ainda bastante inicial acerca dessas pioneiras no debate de gênero/feminismos no Serviço Social. No âmbito profissional, algumas docentes nos anos de 1980 participam intensamente da militância feminista nos campos da saúde e da violência. São elas: Suely Gomes Costa, na UFF, na área da saúde; e Suely Souza de Almeida, Maria Helena Cançado e Marlise Vinagre, na área da violência, as três na UFRJ. A formação acadêmica em Serviço Social expressou essas trajetórias pessoais por meio de experiências na graduação em uma disciplina com conteúdo de raça e estudos de mulheres na Escola de Serviço Social da UFF – que existe até hoje, em caráter obrigatório¹⁵; na UERJ, o currículo acadêmico do período apresenta a disciplina Política Social IV, cuja área de estudos explicitada na ementa era “mulher”; e um projeto de extensão nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da Escola de Serviço Social da UFRJ com repercussões no conteúdo de disciplinas na unidade de ensino. A ESS/UFRJ foi pioneira na oferta de campo de estágio supervisionado nas DEAMs, além de ofertar uma disciplina eletiva sobre a matéria. As experiências ocorreram nas referidas IES em meados dos anos de 1980.

¹⁴Todorov (1995) traz interessantes reflexões acerca das virtudes heroicas e cotidianas (essas mais ao alcance, historicamente, das mulheres).

¹⁵ Vale ressaltar que a UFF conta em seu currículo, atualmente, com uma disciplina de gênero (Gênero e Questão Social) e uma de famílias (Famílias, Política Social e Questão Social).

Na UFRJ, nos anos de 1990, destaca-se a articulação de um grupo de professoras, Suely Souza de Almeida, Marlise Vinagre, Rosana Morgado, Lilia Pougy, Sheyla Backs, Eliana Amorim Moura com a professora Heleieth Saffioti, que ingressa na Escola de Serviço Social como professora visitante e presta assessoria direta e sistemática, especialmente na área de violência e gênero.

Na UERJ, no primeiro currículo pós-reconceituação, havia uma disciplina eletiva, Política Social IV, que tratava na ementa da condição da mulher e das políticas que incidiam sobre o tema. Na década de 1990, além de uma disciplina eletiva incluída na reforma do currículo, de 1993, chamada Relações Sociais de Gênero e Etnia, outras iniciativas são evidenciadas. Projetos de pesquisa e extensão de professoras da casa, Dayse de Paula Marques, Carla Almeida, Eliana Mendonça, Alzira Lobato nas áreas de trabalho, sexualidade, envelhecimento resultam na criação do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia (PEGGE), além dos Seminários Acadêmicos, “Relações de Gênero e Educação Formal”, em junho de 1993; e “Trajetórias de Pesquisa sobre Relações de Gênero”, em agosto de 1995, com a participação de pesquisadoras como Fúlvia Rosemberg, Guacira Lopes Louro. Também os trabalhos de pesquisa e extensão de Magali Almeida, coordenadora no período do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afroamericanos (PROAFRO), além de sua militância no movimento negro e de mulheres.

No ano de 1995, registra-se a publicação de um número exclusivo da Revista EM PAUTA, da Faculdade de Serviço Social da UERJ com dossiê Gênero e Educação. Resultam também de seminários produzidos pelo PEGGE, a publicação de dois livros em torno das questões de gênero, sexualidade, envelhecimento: “Saúde, Sexualidade e Reprodução: compartilhando responsabilidades” (1997), organizado por Dayse de Paula Marques da Silva, e fruto do Seminário de mesmo nome ocorrido em 3 de setembro de 1996; e “Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia” (1999), resultado do seminário de mesmo nome ocorrido em dezembro de 1998.

Na UFF, a criação do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) sob a coordenação da professora Suely Gomes Costa vai desembocar, principalmente, a partir dos anos 1990 numa grande produção de pesquisas que dialogam diretamente com os estudos de gênero, envolvendo as professoras Cenira Duarte Braga, Rita de Cássia Santos Freitas e Nivia Valença Barros. Como assinalamos anteriormente, a disciplina de Gênero (Gênero e Questão Social) e também a de Famílias (Famílias, Política Social e Questão Social) passaram a fazer parte do currículo desta Escola, e com caráter de disciplina obrigatória¹⁶. Na UFF temos a criação do

¹⁶ Interessante apontar a trajetória dessas disciplinas que caminham de uma disposição na grade ao final do currículo, quase que como um “acréscimo” ao final do curso, para hoje estarem sendo oferecidas no

Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Mulheres (NUTEM) que depois passa a se chamar Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG). Tal núcleo surge envolvendo professores de diversas disciplinas e conta desde seu início com professoras da ESS/UFF¹⁷, como Suely Gomes Costa, Cenira Duarte Braga e João Bôsko Hora Góis¹⁸. O Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, diretamente vinculado a esta escola desenvolve em seu percurso histórico muitas pesquisas e atividades extensionistas vinculadas à problemática do gênero. Vale destacar também a constituição, ainda nos anos de 1990, do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania (NUDHESC), sob a coordenação da professora Nivia Valença Barros (um dos primeiros no País). Ressaltamos a criação da REDEFEM em 1994 nesta universidade, conforme já relatado anteriormente.

Se as experiências na formação acadêmica no Serviço Social começam a adensar nos anos 1990 através de disciplinas (LOLE, 2016; 2018) e projetos de pesquisa e extensão, nos anos 2000, a UFF é pioneira na implantação de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, criado por muitos desses mesmos professores (o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social). Este conta, desde seu início, com uma linha de pesquisa articulando gênero, sexualidades, raça e geração. A produção de teses e dissertações desse programa conta com um grande número de estudos vinculados a essa linha¹⁹. Observa-se o quanto o campo das políticas sociais será fundamental para pavimentar a incorporação dos estudos de gênero no Serviço Social. Mas para essa incorporação, foram fundamentais os primeiros passos dados por essas que aqui chamamos de pioneiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma lacuna decorrente desse tipo de interpretação é a ausência dos sujeitos nessa discussão. Ainda que não se negue a importância de pensar as classes sociais, os sujeitos que cotidianamente dão vida a essas classes têm desejos, têm identidades sexuais e de gênero diferenciadas, têm cor, possuem gerações diferentes,

meio do curso, junto ao momento de estágio, a partir de demandas dos próprios alunos. Para maior detalhamento Cf. Lole (2014).

¹⁷A Revista Gênero, criada em 2000, é resultado desse núcleo e se destaca na produção acadêmica sobre gênero, embora não tenha relação direta com o Serviço Social. Atualmente, a revista está vinculada ao PPG de Política Social da UFF.

¹⁸ Vale destacar ainda no inícios dos anos 2000 o estabelecimento do Curso de Especialização Gênero e Saúde que envolveu muito desses mesmos professores e contou com importante demanda profissional.

¹⁹Ainda que ultrapasse o período por nós a ser estudado (anos de 1989 e 1990) é importante apontar a produção desse Programa que se destaca no que se refere à temática mulheres, gênero, questão racial, geração. Um estudo preliminar no site desse programa nos informa que 34,78% de suas teses e 39,5% de suas dissertações possuem em seus títulos a referência a um desses descritores. Cf. <<http://politicassocial.sites.uff.br>>. Acesso em: 10 set. 2018.

necessidades diversas. Enfim, o que se tenta resgatar é a importância de também se olhar mais atentamente para esses sujeitos e suas movimentações como parte da construção da história profissional. E, neste sentido, a perspectiva cultural tem muito a oferecer²⁰. Assim como os estudos de gênero, que devem ser vistos, em nossa opinião, de forma interseccional. Caudatária das reflexões do movimento feminista negro, a noção de interseccionalidade²¹ nos é cara por poder captar a diversidade dos sujeitos e seus entrecruzamentos.

Além disso, segundo Kleba Lisboa (2010), existe um desencontro entre os estudos feministas e o Serviço Social. O que se percebe é que, ao centrar a análise nas classes sociais como o grande sujeito revolucionário, as mulheres não foram vistas como sujeitos históricos partícipes desse processo de forma plena²². O feminismo termina sendo visto como uma discussão de segunda linha pela perspectiva marxista, na medida em que uma leitura genérica das classes sociais as considera como sujeitos únicos do processo revolucionário. Nesse sentido, a perspectiva é que existe uma hierarquia, e nessa hierarquia a questão das classes antecede qualquer outra. Freitas et al (2016) também apontam que a perspectiva de subordinação de temas como gênero, sexualidades e raça à questão de classe é um dos elementos a explicar a dificuldade de uma maior aproximação entre a profissão e o gênero. Os silêncios existentes e discursos proferidos são moldados pelo que se pode ou não dizer e pela angústia de encontrar (ou não) uma escuta. São moldados também por vários medos: de ser punido pelo que se diz, de se expor a mal-entendidos, de que as pessoas se afastem, do que é publicável ou não (Cf. POLLAK, 1989).

Por isso, ainda que vinculadas a uma perspectiva crítica, acreditamos que o feminismo pode fazer avançar esse olhar crítico. Freitas et al (2018) nos conduz a uma reflexão polêmica: “como nos enxergamos hoje, nós mulheres do Serviço Social, comprometidas com um projeto ético político de construção de um mundo e de práticas

²⁰ A leitura de Thompson (1998) é particularmente útil por permitir captar uma leitura de classe social, dando ênfase à cultura, ao “fazer-se” das classes em seu desenvolvimento histórico – a experiência vivida cotidianamente. Contudo, é importante registrar que esse autor não destacou a dimensão de gênero em suas análises (FRADER, 2014); afinal mulheres e homens vivem o mesmo cotidiano de classe, mas a maneira que o vivenciam é bastante diferente.

²¹ A interseccionalidade “remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009 *apud* HIRATA, 2014, p. 63).

²² Isso ganha relevância tendo em vista que as teorias sociais clássicas invisibilizavam as mulheres como sujeitos históricos e políticos relevantes dos processos sociais. Cf. a coletânea “O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour”, organizada por Chabaud-Rychter; Descoutures; Devreux e Varikas (2014).

emancipatórias? Estamos vendo a nós mesmas e nossas usuárias como sujeitos históricos, respeitando suas histórias, suas trajetórias e opções?”.

Observamos na atualidade alguns indícios de abertura ao debate de gênero no interior da profissão (LOLE, 2014). É importante conhecermos essas histórias. Este texto teve exatamente esse objetivo: iniciar um resgate, a partir de nossas memórias, da nossa história recente no campo de estudos de gênero/mulheres. Essa aproximação se iniciou nos anos 1980 a partir de algumas professoras – aqui entendidas como pioneiras – que, através do feminismo, vieram, pouco a pouco, construindo relações entre gênero, feminismo e serviço social.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

ANACLETO, Ellen do Nascimento. **Saindo para fazer uma profissão: a trajetória das pioneiras da Escola de Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias: movimento feminista no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BERTOLINO, Ana Luiza Lagoas de Almeida. **De relatos, lembranças e memórias - tecendo uma história: Violeta Campofiorito Saldanha da Gama**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

BRAGA, Carolline de Andrade. **Resgatando as Saídas: Histórias do cotidiano de Ismênia de Lima Martins**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

CARVALHO, Monique de Souza. **Feminização do Serviço Social: Ainda persistem aspectos generificados nas motivações para ingressar no curso?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2017.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie e VARIKAS, Eleni (Org.). **O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.

COSTA, Suely Gomes. **Memória do Serviço Social: lugar na história e na historiografia**. Trabalho apresentado no Seminário Serviço Social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, maio de 1994.

COSTA, Suely Gomes. **Signos em Transformação: A dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRADER, Laura L. Edward Thompson: classe, gênero, historicidade e “capacidade de agir”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie e VARIKAS, Eleni (Org.). **O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* Escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, 2009.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 228-246, 2018.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* Serviço Social e Diversidade Sexual: notas introdutórias. **Anais...** VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Juiz de Fora, 23 a 25 de novembro de 2016.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. **Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social**. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2018.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JESUS, Priscila Maria dos Santos de. **Há ditadura na ditadura: o movimento das mulheres dentro dos movimentos sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2004.

KLEBA LISBOA, Teresa. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálisis**, Florianópolis, v.13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOLE, Ana. **Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LOLE, Ana. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016.

LOLE, Ana. Os indícios de gênero na formação e organização do Serviço Social. In: LOLE, Ana; CORGOZINHO, Kamila Delfino S. (Org.). **Gênero e Aborto: Aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 17-50.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Apresentação ao Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. **Revista Gênero**, Niterói, v.15, n.2, p. 7-12, 2015.

MONTECINOS, Verônica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina, **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. **Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960)**. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2016.

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. Um caminho de violetas: trajetórias femininas, filantropia e proteção social. **Revista Gênero**, Niterói, v.15, n.2, p. 91-114, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SALDANHA DA GAMA, Violeta Campofiorito de. **Memórias: homenagem aos 50 anos da Escola de Serviço Social de Niterói (1945-1995)**. Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF, 1995.

SANTOS, Luciana Carla. **No porão da democracia: experiências de resistência à ditadura militar na Escola de Serviço Social de Niterói/UFF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2004.

SAPRIZA, Graciela. "Nos habíamos amado tanto". *Añosrevueltos. Mujeres, colectivos y lapelea por elespacio público. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 939-958, set./dez. 2015.

SCOTT, Joan W. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Iris Mendonça da. **Nos campos de Violetta: Tecendo uma história de mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2016.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 15, p. 97-117, set./dez. 2000.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres). Universidade Aberta. Lisboa, Portugal, 2008.

THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Campinas: Papyrus, 1995.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.